



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIANA PEREIRA DE MELO NOVAIS

**O SOBRENOME COMO ATALHO PARA A ELEIÇÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DA PARAÍBA (2006-2018)**

João Pessoa

2023

MARIANA PEREIRA DE MELO NOVAIS

O SOBRENOME COMO ATALHO PARA A ELEIÇÃO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DA PARAÍBA DE 2006-2018

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda.

JOÃO PESSOA
2023

N935s Novais, Mariana Pereira de Melo.

O sobrenome como atalho para a eleição na assembleia legislativa da Paraíba (2006-2018) / Mariana Pereira de Melo Novais. - João Pessoa, 2023.

52 f. : il.

Orientação: Samir Perrone de Miranda.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2023.

1. Capital político. 2. Assembleia Legislativa da Paraíba. 3. Famílias políticas. I. Miranda, Samir Perrone de. II. Título.

UFPB/CCHLA CDU 32(813.3)

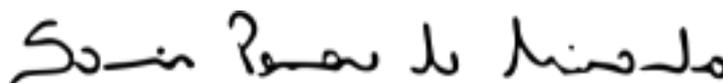
MARIANA PEREIRA DE MELO NOVAIS

O SOBRENOME COMO ATALHO PARA A ELEIÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA PARAÍBA (2006-2018)

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 10 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda - DCS-UFPB
Orientador

Documento assinado digitalmente



MARCELO BURGOS PIMENTEL DOS SANTOS

Data: 13/11/2023 21:16:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos - DCS-UFPB
Examinador



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira - DRI-UFPB
Examinador

*Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome seja
toda a glória, por teu amor e fidelidade. (Salmo 115:1)*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor Samir Perrone de Miranda, que tem me acompanhado antes mesmo do processo de execução deste trabalho, colaborando com seu melhor para meu desenvolvimento como cientista política e pesquisadora.

À banca examinadora deste trabalho, que se dispôs a ler e avaliar esta monografia.

Ao meu tio Lucas, eu não estaria aqui sem o apoio dele. Obrigada por acreditar em mim e fazer o impossível para que tudo isso se tornasse realidade. Sempre serei grata pelo incentivo recebido.

Aos meus pais, Lucineide e Wilvaneis, por todo o cuidado, mesmo à distância. Com vocês sempre tive um lugar para voltar, e isso fez toda a diferença. Obrigada pelos presentes que são meus irmãos. Thiago, Ana Flávia, Letícia e Miguel, ter vocês é uma dádiva.

À minha querida amiga Leandra. Os encontros (quase) semanais para conversar e dividir os fardos foram um bálsamo quando mais precisei. Obrigada pela amizade cultivada ao longo dos anos.

Aos meus amigos, obrigada pela paciência comigo durante a escrita deste trabalho e por toda ajuda quando precisei. Mais ainda, sou grata pelas orações direcionadas a esse momento. Um carinho especial aos amigos do FWC, Invisible College e da Igreja Presbiteriana de Tambaú.

Enfim, agradeço ao Deus Trino. Tudo que sou devo à sua Aliança para comigo. Que tudo que eu me proponha fazer seja para tua glória.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender como o sobrenome pode servir como um facilitador para a entrada na vida pública, especificamente na Assembleia Legislativa da Paraíba. Para isso, serão abordados os deputados estaduais que foram eleitos para ocuparem seus cargos na ALPB nas legislaturas de 2006, 2010, 2014 e 2018. Conceitos como capital político e capital familiar serão essenciais para compreender essa lógica. Nesse sentido, uma análise prosopográfica foi realizada com vistas em reunir os dados acerca dos deputados e interpretá-los buscando compreender a importância da relação de parentesco para eleição na ALPB. Após essa abordagem mais geral, foram selecionados alguns nomes de famílias políticas que já compuseram a ALPB, com o fito de mensurar se o sobrenome foi imprescindível para a eleição do indivíduo. Por fim, concluímos que o sobrenome se confirma como um importante propulsor para a eleição de sujeitos que pretendem se eleger a um cargo de deputado estadual na ALPB, especialmente os do gênero feminino.

Palavras-chave: Capital político. Assembleia Legislativa da Paraíba. Famílias políticas.

ABSTRACT

This work entitled “The family name as a shortcut to the election of the Legislative Assembly of Paraíba (ALPB) from 2006 to 2018” aims to understand how the family name can be an enabler to enter the public life, specially in the Legislative Assembly of Paraíba. Based on this, we will discuss the elected state representatives to occupy their post in ALPB in the 2006, 2010, 2014 and 2018 legislatures. Terms as political capital and family capital are essential to understand this logic. For that matter a prosopographic review was made aiming to gather the data about the state representatives and interpret them. After that approach, a couple of family names were selected, ones who occupied the ALPB and then observed how the family name was necessary to their election. Finally, we conclude that the family name is an essential propellant to the election of those people who aimed for a post as state representative in the ALPB, especially the women.

Key-words: Political capital. Family capital. Legislative Assembly of Paraíba. Political families.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Distribuição de deputados estaduais na ALPB pertencentes a parentescos familiares (2006-2018) (%)	23
Tabela 2 – Distribuição percentual de eleitos à ALPB por gênero (2006-2018).....	24
Tabela 3 – Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por grau de instrução (2006-2018).....	25
Tabela 4 – Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por faixa etária (2006-2018).....	26
Tabela 5 – Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por políticos profissionais (2006-2018).....	27
Tabela 6 – Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por ocupação (2006-2018).....	28
Tabela 7 – Distribuição média de bens da ALPB (2006-2018).....	29
Tabela 8 - Distribuição média de bens da ALPB por parentesco político.....	29
Tabela 9 – Distribuição percentual de eleitos à ALPB pelo tipo de ambição política (2006-2018).....	31
Tabela 10 - Distribuição dos deputados estaduais (2006-2018).....	32
Gráfica 1 – Sucesso eleitoral dos deputados estaduais eleitos para a ALPB (2006-2018).....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PERFIL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA ALPB: DADOS, PERCEPÇÕES E REFLEXÕES.....	19
3 O PODER DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA ALPB (2006-2018).....	32
4 LEGADOS POLÍTICOS: CLÃS E REDES DE PODER NA ALPB (2006-2018).....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Ao contemplarmos a história republicana brasileira, podemos afirmar que o cenário democrático brasileiro é relativamente recente e ainda em consolidação. A postergação de um regime democrático causou alguns impactos na forma como a sociedade brasileira se organiza. O retardamento da inclusão de negros, mulheres e outras “minorias” como, de fato, integrantes da sociedade foi apenas uma das consequências advindas disso. Destarte, outras formas de organização, mobilização e representação política continuam se perpetuando¹. Trataremos aqui mais especificamente do capital familiar e seus desdobramentos – a perpetuação dos mesmos sobrenomes no comando da política brasileira, em particular do caso da Paraíba e sua Assembleia Legislativa.

O que percebemos hoje na política do nosso país parece emular as antigas capitânias hereditárias, quando a Coroa Portuguesa entregou a administração das terras a algumas poucas famílias. Podemos ter ciência dessa situação ao observarmos como alguns poucos sobrenomes detêm o poder político, seja de cidades ou estados, temos, por exemplo², a família Arraes em Pernambuco, Neves em Minas Gerais, Collor/Mello no Alagoas, Sarney no Maranhão e Maia, no Rio de Janeiro. A reprodução de sobrenomes na sociedade brasileira manifesta-se especialmente na esfera política, quase como um aspecto estruturante das práticas políticas, repetindo-se constantemente em diversas regiões do país. Se algumas famílias oferecem aos seus descendentes um patrimônio material de alto valor, para outros o patrimônio é o próprio sobrenome. A cada eleição, tudo o que temos é um “jogo de cartas viciadas”, como diria o cientista social Ricardo Oliveira³.

Ao falarmos do âmbito estadual, a Paraíba está entre aqueles que reproduzem a prática. Guardadas as devidas proporções, poderíamos pensar em algumas cidades paraibanas como uma empresa familiar, onde as famílias passam a gerência de geração em geração⁴.

As redes de relações estabelecidas entre e pelas famílias políticas continuariam sendo uma das características do fazer político no Estado. Não se tratava de uma

¹ Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2021/09/15/as-fragilidades-da-democracia-brasileira/>>
<<https://www.conjur.com.br/2021-nov-08/abboud-scavuzzi-minorias-condicao-democracia>>

² FILHO, João. Famílias tradicionais dominam a política brasileira. E isso não tem hora pra acabar. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-pra-acabar/>>. Acesso em: 10 de Março de 2023.

³ SSIND, APUFPR. Pesquisa sobre famílias na política escancara a perpetuação do poder. Youtube, 5 de Julho de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2OKHGU5yOBk>>. Acesso em 10 de Março de 2023.

⁴ CLICKPB, Redação. Tradição secular: Famílias políticas acirram disputas por prefeituras paraibanas e especialista vê “exagerado” familismo no Estado. **ClickPB**, Cabedelo, 2020. Disponível em: <<https://www.clickpb.com.br/politica/tradicao-secular-familias-politicas-acirram-disputas-por-prefeituras-paraibanas-e-especialista-ve-exagerado-familismo-no-estado-291988.html>>. Acesso em 10 de Março de 2023.

característica do modo de fazer política da primeira república, mas de estratégias utilizadas por essas famílias. Modos de agir e de pensar a política que se instauraram nos corpos e nas mentes dos agentes políticos. Os agentes se apropriam e se inserem nos partidos, quase sempre, com o intuito de alcançar os interesses do “grupo familiar” que historicamente participaram no aparelho de Estado, exercendo funções públicas, e pertenceram ao pólo dominante das disputas políticas. (Monteiro, 2016, p. 42)

Esta conjuntura parece limitar, moderadamente, o acesso à arena política de uma parte da população – aqueles indivíduos que não herdaram um sobrenome de peso político. Se pesquisas mostram que alguns sujeitos têm maior propensão de se eleger que outros⁵, as relações de parentesco fazem parte deste horizonte. Conseqüentemente, as chamadas “famílias políticas tradicionais” não se limitam aos cargos municipais, ocupam também outras instâncias.

São famílias que historicamente controlam cartórios, as melhores e maiores extensões de terras, empresas, escritórios de advocacia, postos no ministério público e no poder judiciário, cargos de conselheiros dos tribunais de contas, faculdades particulares e, atualmente, autarquias de governos, aparato midiático (jornais, rádios e televisão) dentre outros. Trata-se, portanto, de um poder que se estrutura não somente através de uma família, mas na relação reticular de malhas e camadas que constituem as redes familiares de dominação política no Estado. (Monteiro, 2016, p. 53)

Na 55.^a Legislatura do Congresso Nacional, de 2015 a 2019, 46,5% dos deputados federais que ocupavam as cadeiras da Câmara eram provenientes de famílias políticas⁶. Um dado correlato mostra que dentre deputados com idade menor que 35 anos, 85% compõem esse grupo dos chamados “herdeiros políticos”⁷. A situação no Senado não se mostra muito diferente, seis em cada dez senadores têm relações de parentesco com outros políticos.⁸ Logo, a origem parental parece ser um importante elemento de capital familiar e político. Entender

⁵ Ver em MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral**: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, n. 20, junho de 2003. e GAXIE, Daniel. **As lógicas do recrutamento político**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília: UnB, n. 8, maio/agosto de 2012.

⁶ SOUZA, J. R. R. **Dinastias políticas no parlamento brasileiro e o seu perfil ideológico**: uma análise da 55.^a legislatura. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 261-274, jul./dez. 2020. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v9i2.14634>, p. 262-263.

⁷ FILHO, João. Famílias tradicionais dominam a política brasileira. E isso não tem hora pra acabar. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-pra-acabar/>. Acesso em: 10 de Março de 2023.

⁸ SCHOENSTER, Lauren. Clãs políticos seguem dominando Congresso na próxima legislatura. **Transparência Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Cl%C3%A3s%20pol%C3%ADticos%20seguem%20dominando%20Congresso%20na%20pr%C3%B3xima%20legislatura.pdf>. Acesso em 10 de Novembro de 2022. Mesmo o dado sendo de 2014, o padrão continua a repetir-se. Ver <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/31/reforma-ministerial-reforca-poder-de-clas-politicos.ghtml>

quem ocupa a Assembleia Legislativa paraibana pode nos ajudar a compreender e testar padrões observados nacionalmente.

As pesquisas em Ciências Sociais que se ocupam com as relações de parentesco têm ganhado destaque nos últimos anos. Provavelmente o nome mais conhecido no Brasil seja do sociólogo Ricardo Costa de Oliveira, que há alguns anos vem se dedicando ao estudo das famílias políticas do estado do Paraná. Porém, abrindo mais o campo da pesquisa, as carreiras eleitorais também ganharam visibilidade com nomes como André Marengo dos Santos, Luís Felipe Miguel, Leôncio Martins Rodrigues, Daniel Gaxie e Renato Perissinotto. Todavia, os holofotes parecem se voltar ao Congresso Nacional, enquanto as pesquisas que englobam as Assembleias Legislativas são mais difíceis de encontrar. Logo, grande parte dos dados que possuímos hoje referem-se ao âmbito federal, abrindo novas oportunidades de pesquisa para o âmbito estadual.

De acordo com Oliveira, vivemos em uma “república de famílias”⁹. A prática do familismo – termo a ser mais aprofundado à frente – dentro da política brasileira monopoliza o poder na mão de poucos, impossibilitando a renovação dos cargos eletivos com novos sobrenomes. A reprodução do fenômeno do familismo se desenvolve desde dos cargos mais baixos na hierarquia política, como vereadores e prefeitos, até cargos maiores, como deputados e senadores.

A Assembleia Legislativa da Paraíba mostra elevados níveis de herdeiros políticos. Na última legislatura (2019-2022), constata-se que 28 (77,8%) dos 36 deputados estaduais eram herdeiros políticos. Estes dados apontam a necessidade de maior atenção a este fenômeno no âmbito dos parlamentos nas Unidades da Federação, neste caso específico da pesquisa, a Assembleia Legislativa da Paraíba. É preciso compreender o porquê das relações de parentesco se mostrarem tão influentes no atual modelo político brasileiro e entender como as informações coletadas a respeito do Congresso podem indicar uma estreita relação com o legislativo estadual, particularmente o caso paraibano.

Neste sentido, o objeto desta pesquisa está concentrado nos deputados estaduais nomeados para ocuparem a Assembleia Legislativa da Paraíba durante as eleições de 2006, 2010, 2014 e 2018. A questão que nos orienta é a seguinte: Em que medida a herança política constituída pelo sobrenome familiar influencia eleitoralmente na reprodução e configuração do poder na Assembleia Legislativa da Paraíba?

Essa pesquisa se propõe, então, a analisar quem são os candidatos eleitos para a Assembleia Legislativa da Paraíba e investigar em qual medida o sobrenome familiar é

⁹ Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-politica-vem-se-tornando-negocio-de-familia-no-parana-daedg5khe2xep7latvv9o0kem/>

importante para um indivíduo alcançar este cargo de representação política. Para que possamos responder a questão que norteia esta pesquisa, é necessário utilizarmos ferramentas combinadas de métodos qualitativos e quantitativos. No caso do método qualitativo o mais recorrente para encaminhar uma análise deste tipo de objeto é a prosopografia, entendida como

[...] a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação. (Stone, 1971, p. 46)

Por sua vez, o método quantitativo é fundamental para a coleta dos dados necessários. A pesquisa acerca dos deputados eleitos para a ALPB (Assembleia Legislativa da Paraíba) foi realizada através de *sites* da internet, sendo os principais da própria Assembleia Legislativa, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Poder360 e quando existente, dos próprios deputados. Os dados foram tabulados e divididos em 21 categorias: ano da eleição, nome completo do candidato eleito, nome de urna, sigla do partido, coligação, ocupação declarada, ocupação categorizada, idade, ano de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, município e estado de nascimento, cor, se é ou não político profissional, ideologia do partido, bens declarados (antes e pós mandato), tipo de ambição e relação de parentesco com alguma família política. Como podemos perceber

“o exame das características sociopolíticas daqueles que acessam o Poder Legislativo e lhes dão fisionomia é importante na medida em que são os atores políticos - legisladores e partidos - que influenciam em normas, crenças e ações gerais da sociedade, bem como moldam os resultados das políticas públicas implementadas (Pompeu, 2021, p. 18).

Como toda pesquisa científica, para amparar os dados coletados e interpretá-los corretamente, a presença de diversos autores aqui é indispensável. Foi realizada uma revisão bibliográfica, com o intuito de mostrar onde este trabalho se insere na agenda da Ciência Política no Brasil. O principal tema desta pesquisa gira em torno das famílias políticas do estado da Paraíba, para isso, algumas referências teóricas contribuirão com reflexões teórico-metodológicas e análises de casos, pertinentes para desenvolver comparações.

Como base teórica para introduzir as tensões entre as instituições família e política, alguns autores se fazem importantes a partir de suas tradições filosóficas. São eles Herman Dooyeweerd, L. Kalsbeek e Hans R. Rookmaaker. Pouco conhecido na área das ciências

sociais, Herman Dooyeweerd (1894-1977) foi um filósofo e jurista holandês, responsável por desenvolver a Filosofia da Lei Cosmonômica, um sistema filosófico distintamente cristão. Uma de suas obras – No crepúsculo do pensamento ocidental: estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico – é uma das fontes para conhecer sua filosofia de forma mais introdutória. L. Kalsbeek foi outro filósofo holandês, conhecido mais especificamente no campo da Filosofia da Ciência. Kalsbeek escreveu o livro “Contornos da filosofia cristã: a melhor e mais sucinta introdução à Filosofia Reformada de Herman Dooyeweerd”, explicando de forma mais pedagógica o sistema dooyeweerdiano. Por sua vez, Hans. R. Rookmaaker, filósofo da arte e crítico cultural, desenvolveu sua filosofia a partir do sistema cosmonômico, e em sua obra “Filosofia e Estética” aplica de maneira prática a filosofia que segue, nos ajudando aqui no desenvolvimento de alguns termos.

Por sua vez, o autor político Daniel Gaxie auxilia esta pesquisa ao tratar sobre as lógicas do recrutamento político em seu artigo “As lógicas do recrutamento político”, formulando hipóteses acerca dos mecanismos da influência e da representação política. Uma das afirmações de seu trabalho se trata das chances de exercer poder político aumentar conforme a hierarquia social, mostrando uma relação direta entre representação e posição social. Também mostra que o parlamento oferece uma imagem inversa da estrutura social, o que compararemos com os dados da presente pesquisa.

Seguindo a lógica do parentesco, temos o trabalho de José Marciano Monteiro, “Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª Legislatura no Congresso Nacional”. Em seu trabalho, Monteiro observa o aumento de parentes em diferentes cargos políticos, buscando entender até que ponto o capital político familiar importa à formação do recrutamento de quadros para representação política no interior do Congresso Nacional. Este trabalho se aproxima com alguns dos dados encontrados durante a coleta de dados que aqui abordaremos.

Como citado anteriormente, a maioria das pesquisas acerca dos representantes políticos brasileiros tem como foco o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados. Estes nos ajudam a ter um contraste da situação nacional e como isso se mostra no âmbito estadual. Para isso, as produções de André Marengo dos Santos acerca da renovação parlamentar do Congresso Nacional é vital para a construção dos nossos dados. Nele, Santos pretende observar mudanças nos padrões de recrutamento parlamentar nos últimos 50 anos, para isso, examinou dados biográficos de deputados federais em oito legislaturas, 1946/62 e 1986/94. Embora o período de tempo interpretado por Santos esteja distante do proposto aqui, ajuda-nos a observar que os privilégios parentescos não são novos na política brasileira. Outro cientista político importante para a presente pesquisa é Luis Felipe Miguel. Seu artigo

“Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro” será uma fonte bibliográfica. Trata acerca da estrutura das carreiras políticas no Brasil com foco nos meios de comunicação de massa como atalhos para estas carreiras, além de concluir que alguns indivíduos estão mais propensos a se eleger que outros, confirmando alguns dados que serão apresentados adiante acerca da ALPB. Outro cientista político necessário é Leôncio Martins Rodrigues com suas pesquisas acerca das mudanças na classe política e também sobre recrutamento político. Um de seus trabalhos se destaca em sua relação com o tema. Seu livro “Mudanças na classe política brasileira” conta com dois capítulos importantes: Capítulo 2 “As profissões na Câmara dos Deputados” e Capítulo 3 “Fontes secundárias de recrutamento político”. No capítulo 2 vemos dados de como a origem do parlamentar começa a se tornar significativa a partir de 2002, Rodrigues também traz dados acerca do contraste entre os políticos e o eleitorado, útil para discussões mais a frente. Já o terceiro capítulo torna-se importante com sua discussão sobre as fontes de recrutamento enquanto analisamos as profissões dos parlamentares eleitos para a ALPB.

Temos ainda a contribuição das cientistas Maria do Socorro Sousa Braga, Luciana Fernandes Veiga e Angel Miríade com seu trabalho “Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006”. Este artigo aborda o papel dos principais partidos políticos brasileiros no recrutamento eleitoral, como também o perfil dos eleitos à Câmara dos Deputados em 2006, o primeiro ano que abordamos os eleitos para a ALPB. Há ainda os também cientistas Adriano Codato e Luiz Domingos Costa, que tratam acerca da profissionalização da classe política brasileira no artigo que tem por título “A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010)”, artigo que também está dentro da linha do tempo aqui estabelecida.

É possível encontrar algumas pesquisas que tratam do legislativo em âmbito estadual. Uma delas, e de grande relevância para os presentes propósitos, é o trabalho de Fátima Anastasia, Izabela Correa e Felipe Nunes – Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas – que trata da ambição política de deputados dos estados do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, comparando-os entre si. Esse artigo foi essencial para a discussão acerca dos tipos de ambição política existentes, inspirados por Joseph Schlesinger.

Os cientistas políticos Renato Perissinotto e Luiz Domingos Costa junto a cientista social Camila Tribess contribuem com uma pesquisa que trata acerca da origem dos parlamentares paranaenses, além de perpassarem pelos atributos socioeconômicos das famílias destes. Em seu artigo intitulado “Origem social dos parlamentares paranaenses

(1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa”, procuram traçar um perfil socioeconômico e educacional dos parlamentares que se encaixam no período da pesquisa, para então, testar a hipótese de uma relação entre a posição dos partidos no espectro ideológico (esquerda-direita) e a origem social.

Visto que o foco deste pesquisa são os deputados estaduais da ALPB, é fundamental a referência de pesquisas com foco no espaço legislativo paraibano. Para isso, temos a contribuição do cientista político José Mauro de Pontes Pompeu com uma dissertação acerca do perfil sociopolítico dos deputados estaduais da Assembleia da Paraíba, durante as legislaturas de 1990 a 2018.

Um conceito importante na construção deste projeto é o de campo político, elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Campo político é definido por Bourdieu como

o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimento, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher (Bourdieu, p.164)

Além desta noção bourdieusiana, outro a ser explorado é o de capital convertido. Primeiro, é necessário entendermos o conceito de capital. Para Bourdieu, o capital não se limita à sua definição econômica clássica, referente a dinheiro ou recursos financeiros. Ele vai argumentar que o capital assume muitas formas diferentes e pode ser encontrado em diversos tipos de recursos e vantagens que os indivíduos possuem e usam para melhorar sua posição social.¹⁰

Outra forma de capital é o cultural (como a educação, o conhecimento e as habilidades culturais) e o capital social (como as conexões sociais e as redes de relacionamento).¹¹ Dentro do grupo de capital social podemos desenvolver ainda o capital familiar, que tem relação direta com a origem familiar do indivíduo. Bourdieu argumenta que esses diferentes tipos de capital são interconectados e podem ser convertidos uns nos outros. Bourdieu também afirma que o capital político não é distribuído igualmente na sociedade, mas de acordo com as posições sociais e as relações de poder. Logo, as pessoas que têm mais capital têm mais recursos para aumentar seu capital, enquanto as pessoas que têm menos capital têm, conseqüentemente, menos oportunidade e recursos para melhorar sua posição social.

Por fim, o trabalho contará com três capítulos. O primeiro abordará o perfil da Assembleia Legislativa da Paraíba, e o segundo tratará especificamente de como o capital

¹⁰ MIGUEL, p. 130.

¹¹ Ver mais detalhes em PIERRE, Bourdieu. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

familiar facilita o acesso à ALPB. Por fim, o terceiro terá como foco alguns representantes de famílias políticas.

2 PERFIL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA ALPB: DADOS, PERCEPÇÕES E REFLEXÕES

Ao longo dos anos diversas teorias com o objetivo de interpretar e compreender a estrutura social vem sendo desenvolvidas, a filosofia reformacional¹² ou filosofia da ideia cosmonômica é uma delas. Embora tenha sido Abraham Kuyper a dar os primeiros pontapés, foi Herman Dooyeweerd e D. H. T. Vollenhoven a estruturá-la de um ponto de vista mais acadêmico. Ambos abordaram a realidade a partir de perspectivas ou como preferiam, modalidades. Também conhecidas como aspectos modais, são quinze: numérica, espacial, cinemática, física, biótica, sensitiva, lógico, cultural, linguística, social, econômica, estético, ética e por último, fiduciária. Dooyeweerd caracteriza cada uma dessas modalidades como autônomas, regidas por leis normativas próprias, reafirmando o que Kuyper denominou como soberania das esferas¹³. Porém, Dooyeweerd também afirma a capacidade de cada aspecto modal antecipar ou retrocitar outra esfera, ou seja, antecipar aspectos contidos na esfera seguinte ou conter em si aspectos das anteriores, respectivamente, com exceção da primeira esfera que apenas antecipa, e a última que apenas retrocipa.

Em primeiro lugar, todo aspecto ou modo de experiência tem um núcleo modal que garante seu significado especial e irreduzível. Mas este núcleo modal de seu sentido só pode expressar-se numa série dos chamados momento analógicos, referindo-se aos núcleos modais de todos os outros aspectos de nossa experiência que precedem ou sucedem, respectivamente, o aspecto considerado na ordem temporal. De acordo com a direção diferente de sua referência, podem ser distinguidos em momentos retrospectivos ou momentos antecipatórios. Observados em si mesmos, esses momentos analógicos são multívocos, na medida em que ocorrem também nos outros aspectos da experiência, nos quais, entretanto, apresentam um sentido distinto. Seu sentido modal próprio é determinado apenas pelo núcleo modal do aspecto em cuja estrutura eles funcionam. Entretanto, mantém sua coerência com os aspectos a que se referem. (Dooyeweerd, 2018, p. 51-52)

Estas modalidades só fazem sentido a partir da temporalidade, pois “a atitude teórica do pensamento humano é o trabalho de quebrar analiticamente a realidade que experimentamos sinteticamente. Através da função lógica de nosso entendimento buscamos abstrair conceitos da experiência temporal humana”¹⁴. A filosofia dooyeweerdiana nos ajuda a

¹² A filosofia reformacional é um movimento filosófico que começou na Holanda, no século XX. Seu objetivo era apresentar uma nova crítica ao pensamento teórico, negando a autonomia da razão. Seu ponto de partida está fixado nos compromissos últimos do coração do indivíduo, de cunho religioso. Para saber mais, leia KALSBECK, L. Contornos da filosofia cristã. Tradução: Rodolfo Amorim de Souza. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

¹³ DOOYEWEERD, H. **No crepúsculo do pensamento ocidental**: estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico. Tradução: Guilherme de Carvalho e Rodolfo Amorim de Souza. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018.

¹⁴ Fala do prof^o Pedro Lucas Dulci na disciplina de Filosofia Cristã, Invisible College, em 2020.

iniciar o debate acerca de dois modos da realidade que, embora distintos em função, têm a tendência de misturar-se: jurídico e ético.

A décima terceira modalidade – a modalidade jurídica – tem como função-fundante a retribuição. Para a filosofia reformacional a política não é apenas uma forma de governo, mas um ato de retribuir algo pertencente a um indivíduo, não se limitando à aspectos materiais. Concordante, sua função-guia é buscar ordem social. Note que a política não nomeia nenhuma modalidade, pois a função-guia jurídica não é apenas satisfeita na esfera política, mas pode se apresentar em outros locais. A modalidade ética, por sua vez, funda-se na beneficência, complementando a esfera anterior. Logo, a esfera jural antecipa aspectos da esfera ética, enquanto a esfera ética retrocipa a modalidade jural. Utilizando da filosofia da ideia cosmonômica como aparato teórico, é possível observar na política aspectos que pertencentes à relações familiares/de parentesco, e ver nas relação de parentalidade, elementos políticos. Por exemplo, os pais podem confundir o núcleo familiar como um local para legislar, e legisladores, por sua vez, podem olhar para os legislados como membros de suas famílias, oferecendo benefícios próprios de ligações de parentesco. Porém, como afirma a filosofia reformacional, ambas esferas são independentes, regidas por suas próprias leis. Não deve-se confundir instituições políticas com relações de parentesco.

Enquanto essa abordagem filosófica se concentra nas dimensões ontológicas da realidade, podemos complementá-la com uma abordagem mais focalizada: o conceito de campo desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Campo seria “um universo obedecendo às suas próprias leis” (Bourdieu *apud* Miguel, 2003). O próprio Bourdieu define campo

[...] como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. (Bourdieu, 1989, p. 135)

Ou seja, todo campo deseja sua própria autonomia. O autor está preocupado em entender como estruturas de dominação e poder são exercidas nas sociedades modernas (Bourdieu *apud* Miguel, 2015), a partir de determinados espaços. Dentro desses espaços sociais, diversos agentes disputam entre si por posições de autoridade. Assim como na filosofia da esfera cosmonômica, os campos são governados por leis próprias, porém, para Bourdieu as regras são dítadas a partir das relações entre os agentes que regem o campo. Ao

unirmos tanto uma abordagem filosófica da realidade, como uma abordagem sociológica, a discussão se torna mais rica ao lado das referências da ciência política aqui referenciadas.

Ainda pensando no conceito de campo, é preciso ter em vista que se trata de um termo com grande amplitude de aplicações, logo, é razoável que nossa atenção se volte a pelo menos duas áreas, o campo político e familiar. A partir da definição de campo dada anteriormente, o campo político é simplesmente um espaço social político. Levando em consideração que a teoria bourdieusiana concentra-se nas relações de poder resultantes em capital simbólico¹⁵, o termo capital tem certo protagonismo. Capital para Bourdieu não está limitado à economia, mas pode assumir diferentes formas, como o capital cultural que diz respeito à educação, ou o capital social que trata das redes de relacionamento na sociedade. Voltando ao campo político, o tipo de capital deste campo é, conseqüentemente, o capital político. Os agentes sociais que se encontram nessa esfera disputam entre si por legitimidade para agir na política. É uma disputa pelo poder simbólico, ou seja, a capacidade de impor sua cosmovisão sobre aquele grupo.

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a. Ela encontra as suas condições sociais de possibilidade na lógica específica segundo a qual se organiza, em cada formação social, o jogo propriamente dito político em que se jogam, por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de divisão legítima do mundo social, e deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado). Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado). (Bourdieu, 1989, p. 173-174)

O capital político não é construído obrigatoriamente dentro do campo político, nos permitindo pensar em pelo menos três formas de capital político: capital delegado, convertido e heróico, sendo os dois primeiros os mais relevantes para os presentes objetivos. O capital delegado é o tipo de poder possuído por uma instituição transferido para um indivíduo, pensemos por exemplo num sacerdote ou professor. Como fala Bourdieu (Bourdieu *apud* Miguel, 2015), essa transferência de capital é limitada e provisória, mas pode ser renovada. O

¹⁵ PIERRE, Bourdieu. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 15.

capital convertido por sua vez é o tipo de reconhecimento obtido em outro campo, mas que foi reconvertido como capital político, poderíamos pensar em um apresentador de televisão. Pensando no cenário político brasileiro, o capital delegado seria exemplificado por um político que ascendeu dentro do próprio campo político, enquanto o capital convertido tem como imagem um político eleito que adquiriu todo seu prestígio fora da esfera política.

O campo familiar é outro desdobramento, definido pelo tipo de capital característico deste local, o capital familiar. Aqui, os recursos que conferem legitimidade ao indivíduo estão estritamente relacionados com a herança – material ou imaterial – obtida através de laços sanguíneos. Para cumprir com nossos objetivos, intercambiaremos os termos família e parentesco. Este último é usado por Marisa Tayra Teruya (1995) como sinônimo de consanguinidade e afinidade. Seguiremos o mesmo caminho de Miguel, Marques e Machado (2015) a tratar da especificação da família política.

Para a identificação da presença de uma família política, como regra foram considerados ascendentes e descendentes diretos, bem como cônjuges, irmãos e sogros, que tenham ocupado cargos eletivos e/ou cargos de primeiro escalão no Poder Executivo antes da eleição em análise. [...] Não é uma herança genética, mas o fato de que aquela relação contribuiu de maneira significativa para a carreira política de pelo menos um dos dois implicados. (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 728)

Diversas pesquisas com foco no Congresso Nacional mostram como o capital familiar é um trampolim para a ocupação de cargos eletivos. E as mesmas pesquisas mostram que as mulheres são as que mais se beneficiam das relações de parentesco, como veremos mais adiante¹⁶. No âmbito estadual, a Assembleia Legislativa da Paraíba também se enquadra nos padrões observados em pesquisas sobre o cenário nacional. Na tabela 1, podemos observar a fração significativa de deputados estaduais vinculados a redes de parentesco político nas legislaturas de 2006 a 2018.

¹⁶ MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. **Capital familiar e carreira política no Brasil: Gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, 2015, pp. 721-747.

Tabela 1
Distribuição de deputados estaduais na ALPB pertencentes a parentescos familiares (2006-2018)
 (%)

Ano da eleição	Com relações de parentesco	Sem relações de parentesco
2006	75	25
2010	80	20
2014	78	22
2018	72	28

A presença de altos percentuais de deputados com relações de parentesco ao longo dos anos sugere um fenômeno de perpetuação de poder político a partir de algumas (poucas) famílias. Isso pode ser explicado pela transmissão de influência política, capital social e recursos financeiros entre gerações, criando o que chamamos aqui de familismo. Isso pode suscitar questões sobre a democratização do acesso à representação política. Se determinadas famílias têm uma presença dominante na Assembleia, isso pode dificultar o acesso de outros grupos sociais e cidadãos comuns ao cenário político estadual. Uma análise mais aprofundada pode investigar se esses deputados tendem a favorecer políticas que beneficiem suas famílias ou regiões específicas em detrimento do interesse público geral.

A eleição para deputados estaduais no Brasil segue o sistema eleitoral proporcional, logo, o número de cadeiras a serem ocupadas pelos partidos está ligado à quantidade de votos obtida. A distribuição das vagas neste sistema é feita com base no quociente eleitoral, calculado a partir do número total de votos válidos, dividido pela quantidade de vagas disponíveis. Os partidos que atingem o quociente ganham uma ou mais cadeiras. As zonas eleitorais são divididas por estados, onde o eleitor direciona seu voto a um candidato que representa sua federação. Esse quociente eleitoral determina o número mínimo de votos necessários para que um partido ou coligação tenha direito a uma cadeira na Assembleia Legislativa. Por fim, os candidatos mais votados de cada partido ou coligação são eleitos para preencher as cadeiras correspondentes, respeitando-se a ordem de votação de cada um. É importante destacar que, mesmo que um candidato tenha recebido muitos votos, ele só será eleito se o seu partido ou coligação tiver atingido o quociente eleitoral.¹⁷

¹⁷ Fonte:

<https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/como-funciona-o-sistema-proporcional>

Por enquanto, no sentido da representatividade feminina, o perfil da ALPB se assemelha ao encontrado em outras pesquisas acerca do Congresso Nacional¹⁸. A presença de mulheres é mínima, refletindo o dado obtido pela Inter-Parliamentary Union onde o Brasil se encontra em 133º colocado na lista de países com mulheres presentes em assembleias ou parlamentos, classificados por porcentagem, em ordem decrescente¹⁹.

Apesar do sistema de cotas adotado no Brasil, que reserva às mulheres 20% do número de candidaturas nos partidos, elas representaram apenas 12% dos recrutados. Porcentagem – já baixa – que elas não conseguem sustentar entre os números de candidatos eleitos. Apenas 7,8% dos eleitos para a Câmara dos Deputados em 2006 foram mulheres. [...] Os números encontrados refletem a discussão proposta por Norris e Lovenduski (1995). Os autores questionam se o baixo número de mulheres candidatas e eleitas pode ser resultado da ausência de *demandas dos selecionadores* – que tenderiam, direta ou indiretamente, a dificultar as candidaturas femininas – ou da falta de *oferta de candidatas* – na medida em que a divisão do trabalho dentro de casa, a discriminação no mercado de trabalho e o tradicional padrão de socialização fariam com que a mulher tivesse menos recursos de tempo e dinheiro, além de menor nível de ambição política. (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 133-134)

Tabela 2
Distribuição percentual de eleitos à ALPB por gênero (2006-2018)

Ano da eleição	Homens	Mulheres
2006	87,5	12,5
2010	83,9	16,1
2014	90,9	9,1
2018	83,9	16,1

Os dados mostram uma clara disparidade entre a representação de homens e mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba ao longo do recorte temporal. Em todas as eleições analisadas, a proporção de homens eleitos é significativamente maior do que a proporção de mulheres eleitas. Embora os dados revelem algumas flutuações ao longo do tempo, a presença de mulheres na Assembleia Legislativa ainda é baixa em comparação com a dos homens. Os dados sugerem nos questionarmos como a representatividade de gênero influencia a formulação de políticas públicas e a agenda legislativa, como também compreender as percepções e atitudes dos eleitores em relação à representação de gênero é importante para abordar possíveis barreiras sociais e culturais.

¹⁸ BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, v. 24, n. 70, junho de 2009.

¹⁹ Women in national parliaments. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em 11 de Abril de 2023.

A legislatura de 2018 contou com a participação de apenas 5 mulheres na ALPB, e mesmo assim é a maior representação feminina desde 2006. Embora a Lei 9504/97, que estabelece normas para as eleições tenha entrado em vigor a partir das eleições de 1998 alterando a reserva de vagas por sexo para que passasse a ser de 30% a mínima e máxima de 70% pra cada sexo, não se percebeu nenhuma mudança considerável no caso paraibano. Porém, vale salientar que esta pesquisa é referente apenas aos candidatos eleitos, não se sabe como se deu a mudança no número de candidaturas.

Outro dado que se mostra consoante ao Congresso Nacional é o alto grau de instrução entre os deputados estaduais eleitos. O número de indivíduos com ensino superior completo é maior, em todas as legislaturas analisadas.

Tabela 3
Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por grau de instrução (2006-2018)

Ano da eleição	2006	2010	2014	2018
Fundamental Incompleto	0,0	2,8	2,8	2,8
Médio Incompleto	2,8	0,0	0,0	0
Médio Completo	5,5	8,3	11,1	11,1
Superior Incompleto	5,5	8,3	5,5	2,8
Superior Completo	86,2	80,6	80,6	83,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Um dado semelhante foi encontrado na pesquisa de PERISSINOTO, COSTA e TRIBESS, onde 59,4% dos parlamentares paraenses tinham o ensino superior completo ou acima disso. Os dados revelam que a maioria dos deputados na Paraíba possuem ensino superior completo em todos os anos analisados. Essa predominância indica uma tendência de que candidatos com maior nível de educação têm mais chances de serem eleitos para cargos legislativos no estado, isso pode sugerir que a falta de escolaridade formal é uma barreira significativa para o ingresso na política eletiva na Paraíba. O aumento gradual no percentual de deputados com ensino superior completo pode estar relacionado ao aumento da valorização da educação formal e à percepção de que candidatos com formação acadêmica superior estão mais capacitados para exercer funções legislativas, podendo haver uma correlação entre o grau de instrução dos deputados e seu desempenho legislativo, como a apresentação de projetos de lei, o envolvimento em comissões, entre outras atividades.

Além das informações já apresentadas que compõem o perfil dos deputados estaduais da ALPB, a faixa etária é outro dado interessante. Esta foi a categoria que mais se alterou a cada eleição, conforme abaixo.

Tabela 4
Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por faixa etária (2006-2018)

Faixa Etária	2006	2010	2014	2018
21 a 30 anos	8,3	2,8	5,5	2,8
31 a 40 anos	33,4	13,9	13,9	33,3
41 a 50 anos	22,2	38,9	33,4	8,3
51 a 60 anos	19,4	25,0	30,5	36,1
61 a 70 anos	13,9	16,6	13,9	16,7
71 a 80 anos	2,8	2,8	2,8	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A análise da tabela mostra que houve variações significativas na distribuição percentual dos deputados estaduais por faixa etária ao longo dos anos. Por exemplo, a representação de deputados com idades entre 41 a 50 anos diminuiu consideravelmente de 38,9% em 2010 para apenas 8,3% em 2018, enquanto a proporção de deputados entre 31 a 40 anos aumentou de 13,9,0% em 2014 para 33,3% em 2018. Essas mudanças podem ser reflexo de tendências demográficas e preferências do eleitorado ao longo do tempo. Em todos os anos analisados, a maioria dos deputados estaduais da Paraíba se concentra na faixa etária entre 31 a 60 anos, um pouco mais velha que a faixa etária dominante no último senso, de 15 a 19 anos²⁰. Quanto à idade dos que possuem algum parentesco político, a média de idade por legislatura aqui analisada é de 43, 45, 31 e 46 anos, respectivamente. Enquanto que os que não possuem relações de parentesco ficam na média de 50, 54, 55 e 51 anos. Logo, os que possuem relações de parentesco estão inclusos na faixa que mais sofreu aumento, como mostrado acima. Por fim, a média de idade foi de 44,5 anos, sendo o deputado mais novo com 23 anos e o mais velho com 79 anos, em todo o recorte temporal. Esse resultado foi aproximado ao encontrado na pesquisa de Perissinotto, Costa e Tribess.

Outra característica analisada foi a presença de políticos profissionais na Assembleia Legislativa. Utilizamos a definição desenvolvida por Leôncio Martins Rodrigues (2009) que se ateve “exclusivamente ao critério formal de ausência de outra atividade profissional, qualquer que fosse ela, anterior à primeira eleição vitoriosa.”. Aqui, políticos profissionais se diferenciam de seus pares, que “entraram na política com mais idade, tendo tido outras

²⁰ Fonte: https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/webservice/fm_piramide.php?codigo=25

experiências ocupacionais e profissionais que são também indicativas de suas origens sociais e de uma dada fonte de recrutamento”.

Tabela 5
Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por políticos profissionais (2006-2018)

Político Profissional	2006	2010	2014	2018
Sim	55,5	55,5	63,8	69,4
Não	44,5	44,5	36,2	30,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Em uma pesquisa realizada por Luiz Domingos Costa e Adriano Codato, ser político profissional se mostrou uma variável significativa para ser eleito; 52% dos eleitos eram políticos profissionais, em partidos relevantes²¹. A tabela mostra um aumento na proporção de deputados estaduais classificados como políticos profissionais ao longo do período analisado. Isso pode indicar uma tendência de profissionalização da política, com mais candidatos dedicando-se exclusivamente à carreira política²². Os políticos profissionais muitas vezes possuem maior experiência e conhecimento sobre o sistema político, mas também podem enfrentar críticas relacionadas à desconexão com a realidade do cidadão comum, podemos questionar se essa profissionalização é eficaz em atender as demandas da população e em desenvolver políticas públicas relevantes. O que nos faz considerar a possibilidade desses políticos profissionais terem capital político convertido do capital familiar.

No que concerne à ocupação destes deputados e deputadas estaduais, ficou assim distribuído. Importante sublinhar que os dados a seguir foram considerados a partir da autodeclaração no momento da candidatura.

²¹ CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos. A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010). Anais do XXXV Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2011.

²² Cabe aqui a lembrança do conceito da política como vocação, desenvolvido por Max Weber (1996).

Tabela 6
Distribuição percentual dos deputados estaduais da Paraíba por ocupação (2006-2018)

Ocupação	2006	2010	2014	2018
Profissional liberal	33,3	30,5	44,4	25,0
Político	50,0	36,2	36,1	50,0
Empresário	2,8	5,5	16,7	8,3
Servidor Público	2,8	11,1	0,0	11,1
Militar	0,0	0,0	0,0	2,8
Estudante	0,0	2,8	2,8	0,0
Outros	11,1	13,9	0,0	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Os políticos profissionais e profissionais liberais são as ocupações mais frequentes entre os Deputados Estaduais da Paraíba ao longo dos anos. Isso sugere uma presença significativa de pessoas que têm carreiras políticas consolidadas, além de profissionais liberais que exercem suas profissões paralelamente à atividade legislativa. Essas categorias apresentadas acima foram agrupadas em três grupos maiores: profissionais liberais, empresários e políticos. Nas legislaturas de 2006 a 2018 da ALPB, para os que não tem relação de parentesco a categoria de político sempre teve o maior número, o que concorda que são indivíduos que constroem suas carreiras gradualmente, de cargos mais baixos até adentrar o âmbito estadual. Por sua vez, aqueles que têm sobrenome político iniciam em 2006 como sendo maioria dos profissionais liberais, para então, nos pleitos seguintes, se declararem como políticos.

A representação de Empresários tem variado ao longo dos anos, podendo refletir mudanças nas preferências do eleitorado ou nas tendências econômicas e políticas. Essa categoria pode ser usada para explorar a diversidade de ocupações e como ela se relaciona com a representatividade de diferentes grupos sociais na Assembleia Legislativa. A diversificação das ocupações pode contribuir para uma legislação mais plural e inclusiva e a ocupação dos deputados pode estar relacionada aos interesses e prioridades que eles trazem para o legislativo. Uma análise mais profunda pode investigar como as diferentes ocupações influenciam o comportamento legislativo e as políticas propostas.

Esta categoria se conecta com o dado de renda. Observemos adiante.

Tabela 7
Distribuição média de bens da ALPB 2006/2010/2014/2018

Legislatura	Valor
2006	R\$ 360.478,05
2010	R\$ 401.134,21
2014	R\$ 765.060,61
2018	R\$ 985.779,57
Total	R\$ 2.512452,44

No ano de 2006 não foi encontrada a renda de um dos deputados, uma deputada tinha declarado os bens em comunhão com o marido e não foi considerado aqui, e outros três deputados declararam os bens, mas não indicaram valores. Em 2010 também estão ausentes os dados de dois deputados, e de um em 2018. Observa-se que a cada legislatura o valor da renda dos deputados aumentava consideravelmente, de 2006 a 2018 aumentou em 172,42%. Segue na tabela seguir a média, por ano, da renda dos que tinham e não tinham sobrenome político. Lembrando que os cálculos levaram em conta os valores declarados pelos próprios deputados.

Tabela 8
Distribuição média de bens da ALPB por parentesco político 2006/2010/2014/2018

Legislatura	Com parentesco político	Sem parentesco político
2006	R\$ 351.245,32	R\$ 372.018,95
2010	R\$ 581.686,83	R\$ 413.944,93
2014	R\$ 1.079.372,59	R\$ 421.388,39
2018	R\$ 1.341.586,94	R\$ 624.869,55
Total	R\$ 3.429.207,01	R\$ 1.791.319,99

Apenas em 2006 a média de bens foi maior entre os que não tinham parentesco político.

A categoria de raça/cor não pode ser considerada visto que os dados de autodeclaração não puderam ser encontrados em todas as legislaturas, apenas na de 2018. Ao todo, 24 deputados se declararam brancos, 14 deles com relações de parentesco com uma família política; 10 pardos, igualmente divididos entre quem tem ou não família política; e apenas 2 pretos, sem relação de parentesco.

Porém, com a junção dos dados acima, conseguimos formar o retrato geral dos deputados estaduais da Paraíba. Se apenas um indivíduo pudesse representar a ALPB ele seria homem, por volta de 44/45 anos e com ensino superior completo, com bens no valor de R\$628.113,12. Este perfil contrasta com a população brasileira que é maioria feminina, com a média de idade de 32,6 anos e com ensino fundamental completo, classificada em R\$2.652,00²³. O resultado faz juz à pesquisa de Gaxie (2012) que afirma que “a representação parlamentar fornece uma imagem invertida da estrutura social”.

Por último, cabe aqui o tipo de ambição de cada deputado estadual eleito. Tendo como hipótese os herdeiros políticos buscarem conservar seu capital, poderemos testar se a ambição estática é a mais presente neste grupo. Primeiro, é importante deixar claro o que queremos dizer por ambição. Utilizaremos aqui a mesma tipologia utilizada por Anastasia, Correa e Nunes (2012), tendo em vista que foi retirada de Joseph Schlesinger (1996), referência no conceito. As autoras identificam quatro ações possíveis quanto à ambição. A primeira é chamada de ambição estática, quando o indivíduo aspira a reeleição para o mesmo cargo. A segunda é a ambição progressiva, que “refere-se à busca de cargos públicos de maior prestígio do que o que o legislador ocupa, sejam eles eletivos ou não”. A terceira tipologia diz respeito à ambição regressiva, quando o sujeito compete “por cargos eletivos menos importantes do que o atualmente ocupado pelo ator”²⁴. Por último, a estratégia é de saída da vida pública, retornando à vida privada, “escolhida quando nenhuma das alternativas anteriores parece factível ao ator, ou por motivos alheios à dinâmica política”²⁵. Além desta última categoria incluir também casos de falecimento. Na tabela a seguir, vemos como, a partir dessa conceituação, a Assembleia Legislativa da Paraíba está padronizada.

²³ CARVALHO, Sandro Sacchet de. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/09/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-segundo-trimestre-de-2022/>>. Acesso em 18 de Abril de 2023.

²⁴ Ibid, p. 111.

²⁵ Ibid, p. 112.

Tabela 9
Distribuição percentual de eleitos à ALPB pelo tipo de ambição política (2006-2018)

Tipo de ambição	2006	2010	2014	2018
Regressiva	5,6	19,4	8,3	11,1
Estática	66,6	66,6	75	61,1
Progressiva	19,4	0	11,1	16,7
Saída	2,8	0	0	0
Não encontrado	5,6	14	5,6	8,3
Morte	0	0	0	2,8
Total	100	100	100	100

Entender os diferentes tipos de ambição política pode ser relevante para compreender o perfil dos representantes e suas motivações para atuar na vida política.

No próximo capítulo iremos discutir como o sobrenome é uma das categorias determinantes para eleição na Assembleia Legislativa da Paraíba.

3 O PODER DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA ALPB (2006-2018)

Ao longo desses anos (2006 a 2018), algumas famílias políticas foram representadas na Assembleia Legislativa da Paraíba. A Tabela 1 registra a quantidade de indivíduos com relações de parentesco; porém, é limitada ao contar novamente indivíduos que foram reeleitos. Assim, observando todos os deputados estaduais das quatro legislaturas temos 86 indivíduos. Cada legislatura conta com 36 vagas, somando as quatro aqui observadas são 144, o que reforça a ideia de reeleição. Na tabela seguinte é possível observar todos os nomes e sobrenomes que formaram a Assembleia Legislativa da Paraíba de 2006 a 2018.

Tabela 10
Distribuição dos deputados estaduais (2006-2018)

2006	2010	2014	2018
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	Adriano Cezar Galdino de Araújo	Adriano Cezar Galdino de Araújo	Adriano Cezar Galdino de Araújo
Arnaldo Monteiro Costa	André Avelino de Paiva Gadelha Neto	Anísio Soares Maia	Anderson Monteiro Costa
Arthur Paredes da Cunha Lima	Anísio Soares Maia	Antônio Ribeiro	Antônio Hervázio Bezerra Cavalcanti
Antônio Pereira Neto	Antônio Pereira Neto	Arnaldo Monteiro Costa	Ataides Mendes Pedrosa
Ataides Mendes Pedrosa	Antônio Petrônio de Souza	Ataides Mendes Pedrosa	Caio Figueiredo Roberto
Abmael de Sousa Lacerda	Antônio Ribeiro	Bruno Cunha Lima Branco	Camila Araújo Toscano de Moraes
Carlos Alberto Batinga Chaves	Antônio Vituriano de Abreu	Caio Figueiredo Roberto	Edmilson de Araújo Soares
Carlos Marques Castro Júnior	Arnaldo Monteiro Costa	Camila Araújo Toscano de Moraes	Eduardo Jorge Soares Carneiro
Dinaldo Medeiros Wanderley	Ataides Mendes Pedrosa	Daniella Velloso Borges Ribeiro	Érico Djan Corte de Alencar
Fabiano Carvalho de Lucena	Caio Figueiredo Roberto	Dinaldo Medeiros Wanderley Filho	Estelizabel Bezerra de Souza
Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho	Carlos Marques Dunga	Edmilson de Araújo Soares	Felipe Matos Leitão
Francisca Gomes Araújo Motta	Daniella Velloso Borges Ribeiro	Estelizabel Bezerra de Souza	Francisco Gomes de Araújo Júnior
Francisco de Assis Quintans	Edmilson de Araújo Soares	Genival Matias de Oliveira Filho	Genival Matias de Oliveira Filho
Gervásio Agripino Maia	Eva Eliana Ramos Gouveia	Gervásio Agripino Maia	Gilberto Gomes da Silva

Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida	Francisca Gomes Araújo Motta	Humberto Trócolli Júnior	Inácio Justino Falcão Pereira
Humberto Trócolli Júnior	Gervásio Agripino Maia	Inácio Justino Falcão Pereira	Jaci Severino de Souza
Ivaldo Medeiros de Moraes	Gilma Vasconcelos da Silva Germano	Jaci Severino de Souza	Jeová Vieira Campos
Iraê Heusi de Lucena Nóbrega	Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida	Janduhy Carneiro Sobrinho	João Bosco Carneiro Júnior
Jacó Moreira Maciel	Humberto Trócolli Júnior	Jeová Vieira Campos	João Gonçalves de Amorim Sobrinho
Jeová Vieira Campos	Janduhy Carneiro Sobrinho	João Bosco Carneiro Júnior	João Henrique de Souza
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	João Gonçalves de Amorim Sobrinho	João Gonçalves de Amorim Sobrinho	José Wilson Santiago Filho
João Henrique de Souza	João Henrique de Souza	João Henrique de Souza	Manoel Ludgério Pereira Neto
José Aldemir Meireles de Almeida	José Aldemir Meireles de Almeida	José Aldemir Meireles de Almeida	Maria Aparecida Ramos de Meneses
Leonardo de Melo Gadelha	José Anibal Costa Marcolino Gomes	José Paulo Vitorino dos Santos	Melchior Naelson Batista da Silva
Lindolfo Pires Neto	José Domiciano Cabral	Jutay Meneses Gomes	Moacir Barbosa da Veiga Filho
Manoel Ludgério Pereira Neto	Lindolfo Pires Neto	Lindolfo Pires Neto	Nabor Wanderley da Nóbrega Filho
Marcio Roberto da Silva	Luciano Cartaxo Pires de Sá	Manoel Ludgério Pereira Neto	Paula Francinete Lacerda Cavalcanti de Almeida
Maria do Socorro Marques Dantas	Manoel Ludgério Pereira Neto	Nabor Wanderley da Nóbrega Filho	Paulo Rogério de S. Rego
Nivaldo Manoel Souza	Marcio Roberto da Silva	Paulo Rogério de S. Rego	Ricardo Barbosa
Olenka Targino Maranhão Pedrosa	Maria Hailéa Araújo Toscano	Renato Benevides Gadelha	Roberto Raniery de Aquino Paulino
Ricardo Luís Barbosa de Lima	Olenka Targino Maranhão Pedrosa	Ricardo Barbosa	Rubens Germano Costa
Roberto Raniery de Aquino Paulino	Paulo Rogério de S. Rego	Ricardo Luís Barbosa de Lima	Sebastião Tião Gomes Pereira
Rodrigo de Sousa Soares	Ricardo Luís Barbosa de Lima	Roberto Raniery de Aquino Paulino	Taciano Luis Barbosa Diniz
Romero Rodrigues Veiga	Roberto Raniery de Aquino Paulino	Rubens Germano Costa	Tovar Alves Correia Lima
Ruy Manoel Carneiro Barbosa de Aça Belchior	Sebastião Tião Gomes Pereira	Sebastião Tião Gomes Pereira	Wallber Virgolino da Silva Ferreira
Zenóbio Toscano de	Wilson Leite Braga	Tovar Alves Correia	Yasnaia Pollyanna

Desses, 26 (27,9%) não possuem sobrenome político, enquanto 60 (72,1%) deles possuem, em todas as quatro legislaturas. Como definido no primeiro capítulo, foi considerado como parentesco político qualquer relação existente entre indivíduos onde um deles foi beneficiado pela origem familiar de outro. Em vista disso, foi necessário reunir as informações de cada deputado individualmente, observando quem são seus parentes, se a sua eleição se deu antes ou depois de seu parente, se possuía cargos anteriores e etc. Como já tratamos na introdução, criou-se uma base de dados onde cada informação era coletada e tabulada. A grande parte dos dados foi desenvolvido durante Projetos de Pesquisa ao longo dos últimos anos, adicionando novas categorias quando se fazia necessário.

É possível observar a repetição de alguns sobrenomes, sejam os mesmo indivíduos ou familiares que dão continuidade ao legado. Primeiro, é necessário entendermos de onde o capital desses deputados estaduais provém. Monteiro aborda dois tipos de agentes. O primeiro tipo é caracterizado por

aqueles que seus pais, tios, avós, bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões e trazendo o “nome de família”, associado a outros capitais herdados, passam a atuar no campo. São herdeiros, quase sempre, das tradicionais oligarquias que dominaram o Nordeste brasileiro. São agentes que possuem sua origem social em “espaços políticos” e que desde a infância foram socializados para o “exercício da vida política” como se “natural” fosse ser o “herdeiro político” responsável pela continuidade da linhagem. Esses são de famílias políticas que dominam e controlam recursos econômicos e políticos há mais de meio século ou séculos de poder. (Monteiro, 2016, p. 79-80)

Já o segundo grupo são

aqueles que se inseriram ocupando posições deixadas no campo, muitas vezes, por agentes políticos tradicionais que não conseguiram construir o herdeiro consanguíneo direto, ou seja, seus filhos, por motivos vários (falecimento, não ter herdeiro, possuir herdeira e não inseri-la no campo político). Essa nova categoria de agentes são aqueles que possuem profissões liberais e, em sua maioria, são empresários, homens de negócios, que têm se inserido no campo político e inserido, conseqüentemente, esposas, filhos e netos. (Monteiro, 2016, p. 80)

Ambos os grupos nos ajudam a compreender em quais deles se encaixam os deputados estaduais da ALPB. Essas tipologias são de grande importância para nós, especialmente quando se trata da entrada das mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba. No artigo “Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados”, Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado consideram

a hipótese de que “o capital familiar é crucial para o ingresso das mulheres na política, mas menos importante para homens” e um dos objetivos é testá-la, chegando a conclusão que de fato é mais relevante para as mulheres, do que para os homens.

Ao que tudo indica, embora o capital familiar tenha se tornado quase tão importante para os homens quanto para as mulheres (em 2010, a diferença entre eles é de apenas 6,2 pontos percentuais), eles possuem um leque maior de alternativas quando se trata de buscar ‘atalhos’ que os levem diretamente a posições de maior prestígio, como a de deputado federal, ao passo que para elas a rede de relações familiares é a opção mais evidente. (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 734)

Embora o propósito deste trabalho não seja pensar especificamente nas candidaturas femininas e suas relações de parentesco, afirmações como essa podem deixar sugestões para futuras pesquisas.

Ao tratar sobre o capital familiar é afirmado que

Ele opera pela convivência cotidiana com as transações políticas, facilitando o acesso aos códigos do *métier* e às redes de compromissos e lealdades. E opera também pela formação de clãs políticos, cujos integrantes são estimulados ou mesmo constrangidos a ocupar os espaços que os membros mais velhos ou mais importantes deixam para trás. Assim, é relativamente frequente que um político que passa da política municipal para a estadual ou dessa para a federal mobilize recursos para colocar um filho, cônjuge ou irmã disputando o cargo que deixou vago. (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 727-728)

Miguel, Marques e Machado não são os únicos a declararem essas informações acerca do capital familiar, Monteiro (2016) ainda acrescenta que

nascer nessas famílias, em sociedades recortadas pelas desigualdades, é possuir um distintivo a mais. É pertencer a uma “certa nobreza” conferida pelo nome e reconhecida socialmente. É descobrir que são sujeitos dotados de privilégios. Privilégios que não são oferecidos aos desprovidos de capital. (Monteiro, 2016, p. 78)

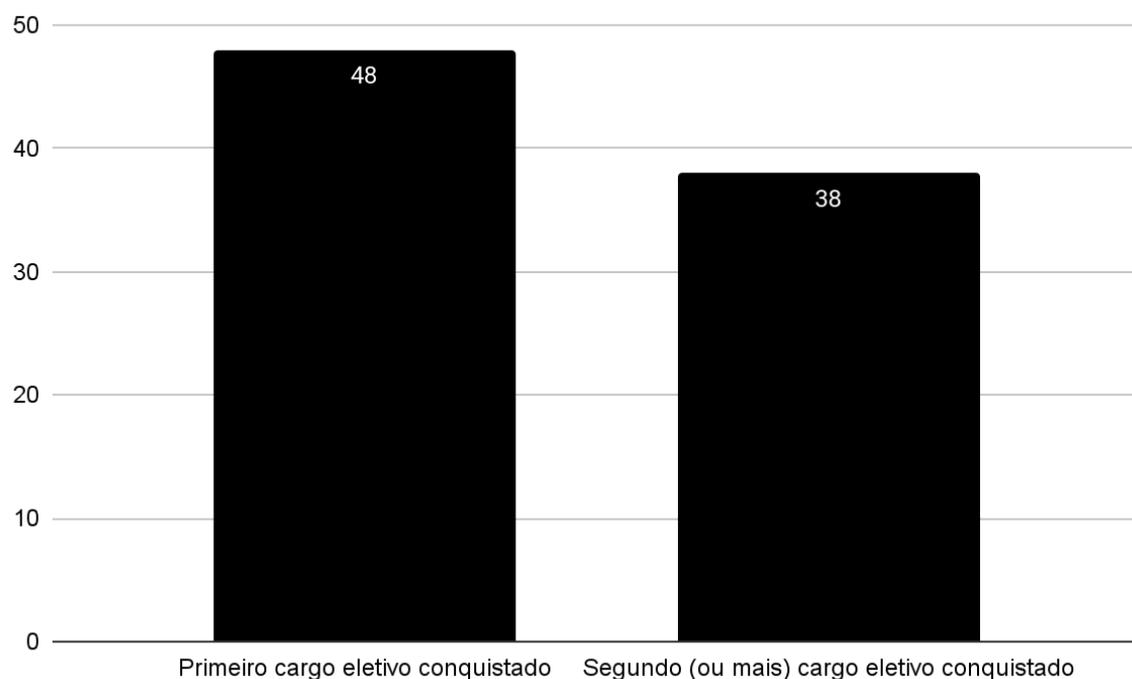
Ao abordar o tema da trajetória política feminina concorda com estudos que o capital familiar é a principal rota de acesso aos cargos políticos. Para corroborar, apresenta alguns exemplos.

Até hoje (2014/15) apenas sete diferentes mulheres elegeram-se governadoras de estados brasileiros. Cinco delas possuíam vínculos familiares com ex-governadores, fossem os de filha (Roseana Sarney, quatro vezes eleita para o governo do Maranhão), cônjuge (Rosinha Matheus, eleita no Rio de Janeiro em 2002, e Suely Campos, eleita em Roraima em 2014 após ter assumido a candidatura de seu marido, impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa), ex-cônjuge (Vilma de Faria, eleita no Rio Grande do Norte em 2002) ou nora (Rosalba Ciarlini, eleita no Rio Grande do Norte em 2010). (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 728)

Miguel, Marques e Machado (2015) ao analisarem as principais fontes de capital político dos vitoriosos na Câmara dos Deputados nas eleições de 2002, 2006 e 2010, concluíram que entre os três capitais políticos mais comuns temos a presença de família na política, com 40,7% dos eleitos e eleitas, o maior crescimento comparado com a ocupação de outros cargos públicos e o poder econômico. Chegaram a esta conclusão após a construção de uma base de dados com todos os deputados federais eleitos com informações referentes à trajetória política de cada um deles. Outro dado importante nesta pesquisa é a constância do Nordeste em ser uma região com “a maior presença das famílias políticas entre os eleitos [...] e a tendência ao crescimento dessa característica”²⁶ entre os eleitos para a Câmara.

Os achados dessa pesquisa nos ajudam a comparar com a realidade da ALPB. Um dado que se mostra importante tendo em vista a consideração do sobrenome político como relevante para a entrada na ALPB, é a quantidade de deputados estaduais que tiveram a primeira experiência em cargo eletivo na Assembleia Legislativa da Paraíba. Ao longo do período em análise, somam quarenta e oito indivíduos que, ao se candidatarem à vida pública como deputados estaduais, obtiveram sucesso, sendo este o primeiro cargo eletivo que conseguiram êxito.

Gráfico 1: Sucesso Eleitoral dos Deputados Estaduais Eleitos para a Assembleia Legislativa da Paraíba (2006-2018)



O cargo de deputado estadual têm uma posição de poder que pode ser considerada intermediária, visto que pode ser uma porta de entrada para cargos maiores como deputado

²⁶ Miguel, Marques e Machado, p. 732.

federal e senador. Desses quarenta e oito indivíduos, vinte e três deles possuem relações de parentesco familiar com outros políticos. Todos os outros deputados estaduais já ocuparam cargos eletivos anteriores ao ocupado na ALPB, destes, 27 deles com parentesco políticos.

Indivíduos que antes não ocuparam nenhum cargo eletivo para deputado estadual ou na esfera pública conseguem se eleger pelo simples fato de pertencerem a uma determinada família. De fato, o capital familiar é uma espécie de poder na sociedade. A herança de empresas, indicações para cargos significativos ou até a rápida ascensão em uma esfera são características marcantes.

São das “famílias políticas”, como tem investigado Oliveira (2012), os agentes que historicamente controlam partidos, cartórios, mídia, faculdades, bem como são beneficiadas com concessões de empresas de ônibus, beneficiadas em licitações e ocupam os melhores cargos e os mais altos salários na burocracia estatal. São destas famílias que saem, quase sempre, os representantes políticos para as assembleias municipais, estaduais e o Congresso Nacional. (Monteiro, 2016, p. 575)

O sobrenome carrega consigo uma bagagem de capital cultural que interfere diretamente na posição ocupada por quem o possui sobrenome político na sociedade. Em um de seus artigos, Luis Felipe Miguel afirma que “a abundância de recursos financeiros [...] é quase garantia da eleição para a Câmara dos Deputados, ao menos em um sistema eleitoral como o brasileiro”²⁷. O capital financeiro é outro elemento que somado ao sobrenome político confere peso político ao indivíduo. Para as Assembleias Legislativas, o mesmo acontece. Ainda “vale destacar que, conforme salienta Piketty (2014), fortunas herdadas superam, quase sempre, a riqueza constituída durante uma vida de trabalho”. Logo, quem não nasce com esses privilégios, ao se interessar pela vida pública, já se encontra em desvantagem.

A inserção no campo de representação política da Paraíba tem se constituído por meio de dois tipos de capitais: econômico e político-familiar. A ausência de tais capitais, se não impossibilita, torna-se pouco provável, mais difícil o acesso dos agentes desprovidos de tais capitais ao poder representativo no Estado e aos cargos de melhores salários fornecidos por esta instituição. Os ‘nomes’ e ‘sobrenomes’ de famílias políticas funcionam como capital simbólico do grupo que, para além de um símbolo, funciona como um título que materializa histórias e gerações. (Monteiro, 2016, p. 185)

A política tem regras próprias²⁸ e só aqueles que estão inseridos nela podem entender o que acontece. Por terem parentescos políticos, muitos desses que foram aqui considerados cresceram rodeados pelo assunto da política como conversa rotineira na mesa de jantar, sendo socializados em ambientes que tornaram-se uma bagagem importante no futuro de muitos deles. Estavam inseridos em círculos privilegiados onde conheceram indivíduos e se fizeram

²⁷ MIGUEL, p. 130.

²⁸ Ver MARENCO DOS SANTOS, André. **Nas fronteiras do campo político**: raposas e outsiders no Congresso Nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, v. 12, n. 33, fevereiro de 1997.

conhecidos por estes. Poderíamos pensar nesse arranjo como uma “herança” da ditadura civil-militar quando “na volta da democracia, quem ganhou como presidente, foram homens que já tinham experiência como governador estadual e ministro de Estado”²⁹. Embora antes já fosse relevante, a partir de 2002 se tornou importante a origem de quem era recrutado para a classe política³⁰. Como afirma Monteiro “as oligarquias se renovam por meio dos herdeiros”³¹.

Essas famílias costumam ocupar lugares privilegiados na sociedade, um capital simbólico distinto de quem não nasceu em uma família com influência política, econômica e social.

A construção do capital político-familiar se dá por meio da constituição de distintivos simbólicos que operam no espaço social tendo como sustentação o “nome de família”. Este, constituído por meio de processos sociais de violências simbólicas que na origem se impõe sobre os que são desprovidos de todo e qualquer capital. Ou seja, não se constitui o “nome de família” sem que antes tenha a família – palavra de ordem – ocupado posições conferidas como legítima pelo Estado. (Monteiro, 2016, p. 77-78)

Ainda completando esta fala, Monteiro (2016) afirma que a família

se trata de uma estrutura de poder político e, ao mesmo tempo, de poder econômico. São famílias que controlam recursos nos/dos Estados e ocupam os principais cargos da República por décadas e, algumas, séculos de poder. Famílias que têm acesso às informações mais sigilosas no que diz respeito às operações econômicas dos Estados. Mantêm contatos, estabelecem e criam relações com os agentes econômicos do Estado e do país. Além disso, possuem “sobrenomes” que as tornam reconhecidas em todo o território. Possuem “capital simbólico de notoriedade” que lhes permite acessar as mais diversas instituições existentes. Em uma palavra: são famílias influentes política e economicamente. (Monteiro, 2016, p. 134)

Ambas citações destacam o papel fundamental das famílias na sociedade, ressaltando a construção do capital político e familiar. Estas famílias detêm um capital simbólico distinto, tendo em vista a posição privilegiada que ocupam socialmente. O sobrenome torna-se um distintivo de prestígio que se perpetua por gerações.

Ao tratar acerca da origem social dos parlamentares paranaenses, Renato Perissinotto apresenta dois grupos de atributos que compõem as elites: atributos adstritos e atributos aperfeiçoados ou adquiridos. O primeiro grupo é definido pelas “características que diferenciam os indivíduos e que são tão poderosas que permanecem continuamente vinculadas

²⁹ MIGUEL, p. 118.

³⁰ RODRIGUES, p. 23.

³¹ MONTEIRO, p. 45

a eles” (Keller *apud* Perissinotto, Costa e Tribess)³², como exemplo temos o gênero, a etnia, a idade e a religião. Já o outro item, atributos aperfeiçoados ou adquiridos, abordam aqueles que “podem ser conquistados ou valorizados ao longo da vida, tais como o nível de escolaridade e a situação social”³³. Ambos os grupos de atributos cooperam para a entrada, permanência e ascendência dos sujeitos na vida pública, visto que é exigido um certo grau de habilidade que não são compartilhados por todos.³⁴

Como vem sendo desenvolvido, o capital familiar não se coloca sozinho, mas está atrelado ao capital econômico, permitindo aos seus membros acessar, por exemplo, escolas melhores. Monteiro (2016) trata sobre a importância das escolas nesse processo.

Os valores engendrados a esses indivíduos nos espaços de socialização trazem elementos e modos de agir vinculados ao habitus de classe específico, ao tempo em que imprimem formas de visão e percepção que permitem agir em defesa dos valores e privilégio da elite que constituem. A família e a escola desempenham funções estratégicas na construção desses valores de classe e reprodução de privilégios. São nesses universos (família e escola) que aprendem e apreendem não só o jogo da política, mas como jogar no jogo. As oligarquias na Paraíba, como camaleão, mudam de cor, mas o DNA continua o mesmo. Os “nomes de família” e sobrenomes permanecem, revezando-se no poder. Elas se reconstróem, em tempos de “democracia”, assegurando ao eleitor o voto e se rearranjam por meio dos herdeiros, ocupando os melhores cargos da República. Instauram-se lutas simbólicas de conservação e permanência de posições, mas não se instauram mudanças substantivas na estrutura do campo político. (Monteiro, 2016, p. 76)

Para as mulheres, o parentesco político é ainda mais importante. Das treze mulheres que ocuparam uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba, de 2006 a 2018, dez delas tinham parentesco político. As três exceções são Maria do Socorro Marques Dantas, Estelizabeth de Souza e Maria Aparecida Ramos de Meneses (Cida Ramos). Cida foi secretária de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) da Paraíba de 2011 até ocupar o cargo de deputada em 2018. Estelizabeth havia sido secretária de Comunicação do Estado da Paraíba, de 2012 a 2014. E por último, Socorro Marques foi prefeita de Vista Serrana por 2 mandatos na década de 1980. Com a exclusão destas exceções, os dados confirmam a tendência de um tipo de recrutamento lateral, derivado de laços familiares.³⁵

³² PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. **Origem social dos parlamentares paraenses (1995-2006):** alguns achados e algumas questões de pesquisa. Sociologias. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22, julho/ dezembro de 2009, p. 291.

³³ *Ibid.*, p. 291.

³⁴ RODRIGUES, p. 25.

³⁵ Ver mais em POMPEU, José Mauro de Pontes. **Na poeira do nosso passado:** radiografia sociopolítica da Assembleia Legislativa da Paraíba na Nova República. Orientador: Samir Perrone de Miranda. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020, p. 75.

4 LEGADOS POLÍTICOS: CLÃS E REDES DE PODER NA ALPB (2006-2018)

Depois de discutirmos acerca da tensão entre família X política e tratar da importância do capital familiar, vamos, então, conhecer mais de perto os deputados estaduais que participaram da Casa de Epiácio Pessoa.

Visto que não é possível analisar aqui todos eles, foi preciso criar alguns critérios para escolher alguns deles. O primeiro foi perceber se algum indivíduo foi eleito em todos os quatro pleitos. A partir desse critério temos quatro nomes: João Henrique de Souza, Manoel Ludgério, Roberto Raniery de Aquino Paulino e Ataides Mendes Pedrosa. O segundo foi observar quais sobrenomes se repetem mais vezes, pelo menos três vezes.

Em seu trabalho “NA POEIRA DO PASSADO: perfil sociopolítico do Poder Legislativo do Estado da Paraíba (1990 a 2018)” José Mauro de Pontes Pompeu apresenta um quadro com as principais parentelas do estado da Paraíba, de 1892 a 2015. Vejamos a seguir.

Período	Principais parentelas Dominantes - 1ª República
1892-1930	Agripino Maia/Silva Mariz; Agra/Porto; Almeida/Leite; Arruda Câmara; Bezerra Cavalcanti; Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen; Cunha Lima; Dantas Correia de Góis; Lôbo Maia de Vasconcelos; Machado/Milanez/Santos Leal; Montenegro; Neiva/Figueiredo/Pessoa/Lucena; Nóbrega/Carvalho; Pereira; Queiroga; Sousa Campos; Suassuna;
Interventores do Estado Novo	
1930 - 1945	José Américo de Almeida (04/10 a 25/11/1930); Antenor Navarro (1930/1932); Gratuliano de Brito (1932/1934); Argemiro Figueiredo (1935/1937 - eleito pela ALPB; 1937/1940); Ruy Carneiro (1940/1945);
Principais parentelas Dominantes - 1ª e a 10ª legislatura estadual	
1945 - 1985	Almeida/Leite; Bezerra Cavalcanti; Braga; Brito; Carneiro; Cunha Lima; Dantas Correia de Góis; Gadelha; Gaudêncio; Gondim; Lucena; Maia/Mariz; Maranhão; Morais; Motta; Nóbrega; Pereira; Ribeiro/Velloso Borges; Ribeiro Coutinho; Rêgo; Rolim; Sátyro; Suassuna; Wanderley;
Principais parentelas Dominantes - Nova República	
1985 - 2015	Carneiro; Cunha Lima; Gadelha; Lucena; Maranhão; Mariz-Maia; Morais; Pereira, Mota-Wanderley; Ribeiro Coutinho; Maroja; Vital-Rêgo; Velloso-Borges Ribeiro;

Fonte: José Mauro de Pontes Pompeu (2021)

Pompeu ainda salienta que ao

observar no quadro acima como determinadas famílias perpassam o tempo em posições de mando, a despeito da forma de regime assumida pelo Estado brasileiro, obriga-nos a pensar sobre como a circulação das elites paraibanas trata-se antes de uma seleção de famílias que se tornaram profissionais na atividade da representação política (Pompeu, 2021, p. 59)

Podemos seguir agora e conhecer os deputados que se encaixam nos parâmetros estabelecidos.

4.1 JOÃO HENRIQUE DE SOUZA

João Henrique de Souza era natural de Monteiro, na Paraíba, nascido em 8 de Julho de 1943. Era formado em Direito, e foi delegado da Polícia Civil do Estado da Paraíba e juiz eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Embora não tenha sido encontrado os anos em que assistiu essas instituições, foi anterior aos seus quatro mandatos (2006 – PFL, 2010 – Democratas, 2014 – Democratas e 2018 – PSDB) na Assembleia Legislativa da Paraíba, visto que este foi seu último cargo ocupado antes da sua morte, em 2021, por consequência da COVID-19³⁶. Também não há registros de que tenha ocupado algum cargo eletivo anterior a este.

Também não encontramos dados que confirmem Souza ter herdado capital político de alguém. Duas familiares também entraram na vida política. Edna Alves Silvestre Henrique, sua viúva, elegeu-se como prefeita de Monteiro em 2008, se reelegendo em 2012. Em 2018 conseguiu ainda uma vaga como deputada federal pela Paraíba. A filha, Micheila Silvestre Henrique de Sena tentou se eleger como prefeita de Monteiro no pleito de 2020, mas não foi bem sucedida.

4.2 MANOEL LUDGÉRIO PEREIRA NETO

Manoel Ludgério Pereira Neto nasceu em 23 de Outubro de 1967, na cidade de Catolé do Rocha, na Paraíba. Desde 1988 que tenta uma vaga para um cargo político, mas foi apenas em 1992 que se elegeu para vereador em Campina Grande, pelo PMDB, sendo reeleito nos dois pleitos seguintes. Mas desde 1990 entrou através de um concurso público na Prefeitura Municipal de Campina Grande. Alcançou uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba em 2002, pelo PTB, e foi reeleito nas quatro eleições seguintes (2006 e 2010 pelo PDT, 2014 e 2018 pelo PSD).

Também não há indícios de onde herdou seu capital político ou se teve algum parente na política anterior às suas primeiras eleições para Câmara Municipal de Campina Grande, mas tendo em vista que analisamos aqui apenas os pleitos de 2006 a 2018 na ALPB, seu capital político é fonte da vida pública, de seu cargo na PMCG. Mas em 2004, lançou sua esposa, Ivonete Almeida de Andrade Ludgério como vereadora em Campina Grande – o mesmo cargo ocupado por ele anteriormente, onde ela obteve sucesso, se tornando posteriormente a Presidente da Câmara Municipal.

4.3 ATAÍDES MENDES PEDROSA

³⁶ Para fim de informação, o cargo veio a ser ocupado pela esposa do prefeito de Santa Rita, Jane Panta.

Mais conhecido como Branco Mendes, nasceu no dia 9 de Maio de 1956, em Aguiar/PB. É formado em Administração de Empresas. Depois de um tempo trabalhando como metalúrgico na cidade de São Paulo, retornou à Paraíba, dessa vez se mudando para João Pessoa, onde começou a trabalhar no 1º cartório de registro de imóveis, por indicação de um parente. Depois de dez anos neste cartório, foi transferido para o Cartório Velton Braga, na cidade de Alhandra, onde foi eleito o vereador mais votado em 1992. Foi ainda prefeito de Alhandra de 1997 a 2001.

Branco herdou a carreira política a partir de seu pai, que foi prefeito de Aguiar, Chico Agenor. O legado também foi deixado para seu irmão, que foi também prefeito de Aguiar. Branco é tio do ex-prefeito de Alhandra, Renato Mendes. Vemos assim que seu parentesco teve grande influência em sua carreira política. Ocupou uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba nas eleições de 2006, 2010, 2014 e 2018, pelos partidos PFL, DEM, PEN e PODE, respectivamente.

4.4 ROBERTO RANIERY DE AQUINO PAULINO

Nascido em João Pessoa, em 18 de Outubro de 1979, é bacharel em Direito e declara como sua profissão ser empresário. Está na ALPB desde 2006 pelo PMDB, onde permaneceu em 2010 e 2014, elegeu-se em 2018 pelo MDB, mesmo partido, embora tenha mudado de nome.

Herdou seu capital familiar do pai, Roberto Paulino. Seu pai foi prefeito de Guarabira de 1977 a 1983, e depois de 1989 a 1992. Se elegeu como deputado federal em 1994, e foi vice-governador da Paraíba de 1999 a 2002, mas assumiu como governador quando seu companheiro se elegeu ao senado. Já sua mãe, Fátima Paulino, foi prefeita de Guarabira durante dois mandatos, eleita em 2004 e 2008.

Pelo menos dois desses exemplo nos fazem compreender o que Monteiro (2016) afirmou quando disse que

São nos municípios, de acordo com Pimentel (2014), que, por meio da inserção em cargos políticos (secretarias municipais) as famílias políticas se reproduzem e garantem suas bases. A estratégia básica é buscar a sua reprodução na administração pública ocupando as principais secretarias municipais e exercendo o controle sobre os recursos públicos. Este controle permite que as famílias políticas possam intermediar a relação entre a população e o poder público, objetivando a permanência destas famílias no sistema político ocupando e construindo estratégias para ocupação de cargos eletivos, tais como: vereador, deputado estadual e até mandatos no plano nacional (Monteiro, 2016, p. 123-124)

Agora podemos explorar mais dos indivíduos que marcam uma presença considerável na Assembleia Legislativa da Paraíba ao se enquadrar no critério de ter estado em pelo menos três pleitos dos aqui observados.

4.5 ARAÚJO SOARES

O único representante deste sobrenome é Edmilson de Araújo Soares. Edmilson nasceu em João Pessoa, em 13 de Maio de 1952. Em sua primeira candidatura a um cargo público declarou como ocupação principal ser servidor público, mas não encontramos outra informação sobre o assunto. Sua primeira candidatura foi à Câmara Municipal e conseguiu se eleger por três mandatos consecutivos (2000 a 2004 pelo PTB; 2004 a 2010 pelo PSB). Por sua vez, na ALPB, ocupa uma vaga desde 2010, se reelegendo em 2014 e 2018.

Não foi encontrado nenhum vínculo de parentesco com um familiar envolvido na vida pública.

4.6 ARAÚJO TOSCANO

Este sobrenome tem três representantes, Zenóbio Toscano de Oliveira, Maria Hailéa Araújo Toscano e Camila Araújo Toscano de Moraes, pai, mãe e filha respectivamente.

Zenóbio Toscano era natural de Ingá/PB, nascido em 4 de Setembro de 1945, faleceu em 2020 quando sofreu um acidente vascular cerebral hemorrágico, enquanto se recuperava da COVID-19. Era formado em Engenharia Civil. Começou sua carreira política como prefeito de Guarabira, eleito em 1982. Em 1990 concorreu como deputado estadual na Paraíba, conseguindo se reeleger por mais quatro pleitos (1994 a 2006).

Mais conhecida como Léa Toscano, Maria Hailéa Araújo Toscano é natural de Esperança, nascida no dia 27 de Junho de 1950. Era casada com Zenóbio Toscano, e desde que o marido elegeu-se prefeito em Guarabira, Léa se envolveu em ações no campo social. Disputou pela primeira vez ao cargo de prefeita da mesma cidade, mas perdeu. Porém, conseguiu se eleger como a primeira mulher prefeita de Guarabira em 1996, reelegendo-se em 2000. Chegou à ALPB em 2010.

Camila Toscano é filha de ambos. É pessoense, nascida em 15 de Outubro de 1980 e formada em Direito. Sucedeu a mãe como deputada estadual no pleito de 2014, e reeleita em 2018.

Como se percebe, esse é um sobrenome bastante presente na Assembleia Legislativa da Paraíba, marcando presença em todos os pleitos desde 1990, e embora não esteja sendo analisada nesta pesquisa, Camila se reelegeu em 2022 para mais um mandato. Além do capital familiar herdado dos pais, Camila recebeu recursos financeiros transferidos de Pedro Oliveira Cunha Lima³⁷, que vem do clã dos Cunha Lima, bastante influentes na Paraíba.

³⁷ MONTEIRO, 2016, p. 183.

4.7 BARBOSA DE LIMA

Ricardo Luís Barbosa de Lima é o representante desta família, seu nome de urna é Ricardo Marcelo . Nascido em João Pessoa, em 6 de Novembro de 1951. Ocupa uma cadeira na ALPB desde 2006, reelegendo-se nos dois pleitos seguintes – 2010 e 2014.

Ricardo Marcelo é filho do ex-prefeito de Belém, João Gomes de Lima, ou João Pedro, como era conhecido. João Pedro foi prefeito de 1959 a 1963. Ricardo Marcelo não foi o único filho a entrar na vida pública, seu irmão, Tarcísio Marcelo, foi prefeito de Belém de 1983 a 1988, e depois novamente de 1997 a 2004. A pausa na Prefeitura Municipal se deu pela sua eleição como deputado estadual na Paraíba nos pleitos de 1990 e 1994.

Ou seja, Ricardo Marcelo tem seu pai e irmão como a fonte de seu capital familiar-político.

4.8 FIGUEIREDO ROBERTO

Caio Figueiredo Roberto é natural de Campina Grande, nasceu em 15 de Maio de 1985. Ocupou seu primeiro cargo na Assembleia Legislativa em 2010, se elegendo novamente em 2014 e 2018. Caio é filho do ex-deputado federal, José Wellington Roberto, herdando dele seu capital familiar.

4.9 GALDINO DE ARAÚJO

Adriano Cezar Galdino de Araújo nasceu em Campina Grande, em 21 de Outubro de 1960. É formado em Engenharia Civil e Direito, concursado pelo Banco do Brasil em 1982, na cidade de Boqueirão. Em 1988, foi eleito vereador de Pocinhos/PB, depois foi eleito prefeito da mesma cidade, exercendo a função de 1993 a 1996, e volta em 2000, se reelegendo em 2004. Em 2010 se elegeu como deputado estadual, reeleito em 2014 e 2018.

Não há indícios de parentesco político.

4.10 GOMES PEREIRA

Sebastião Gomes Pereira, ou Tião Gomes é natural de Pombal, nascido em 26 de Janeiro de 1957. É engenheiro agrônomo e foi prefeito de Areia de 1982 a 1988 antes de ocupar seu primeiro cargo na ALPB, no pleito de 1990. Depois desta eleição, elegeu-se por mais seis vezes em 1994, 1998, 2002, 2010, 2014 e 2018.

Sem indícios de parentesco político.

4.11 MEIRELES DE ALMEIDA

José Aldemir Meireles de Almeida e Paula Francinete Lacerda Cavalcanti de Almeida representam esse parentesco.

José Aldemir nasceu em Cajazeiras em 13 de Janeiro de 1946 e é formado em Medicina. Como médico, atuou como professor assistente da Faculdade de Medicina da UFPB, médico do Ministério de Saúde, do INSS e membro do Departamento de Cirurgia

Vascular Periférica do Hospital Samaritano de João Pessoa. Foi suplente na ALPB de 1983 a 1984. Em 1986, elegeu-se como deputado estadual constituinte, e eleito novamente em 1990. Em 1994, ambiciona o cargo de deputado federal, obtendo sucesso. Em 2002, volta à Assembleia Legislativa da Paraíba e é reeleito três vezes consecutivas nos anos de 2006, 2010 e 2014. Como sucessora, deixa sua esposa, Paula Francinete Lacerda Cavalcanti de Almeida.

Dr. Paula, como é conhecida, é natural de São José das Piranhas/PB, e tem a mesma formação que o marido. Enquanto o marido foi prefeito do município de Cajazeiras, atuou na Secretaria de Saúde. Seu primeiro cargo na ALPB foi em 2018.

Não encontramos evidências de José Aldemir ter algum parentesco político, mas devido às suas ocupações como médicos, o que podemos supor é uma reconversão de capital social como capital político. Já Dr. Paula herdou seu capital político do companheiro.

4.12 MONTEIRO COSTA

Arnaldo Monteiro Costa e Anderson Monteiro Costa representam este clã, pai e filho, respectivamente.

Arnaldo Monteiro é formado em Economia e Administração, natural de Esperança/PB, nascido em 13 de Maio de 1959. Atuou como secretário de obras na Prefeitura Municipal de Esperança de 1983 a 1988, posteriormente como chefe de gabinete de 1993 a 1996, na mesma Prefeitura. Por fim, ocupou o cargo de prefeito de 1996 a 2004. Em 2006 se candidatou ao cargo de deputado estadual na ALPB, onde se elegeu por mais dois mandatos.

Por sua vez, Anderson Monteiro Costa também é natural de Esperança, nascido em 23 de Maio de 1986, e formado em Direito. Seu primeiro cargo eletivo foi na prefeitura de Esperança, em 2012. Tentou a reeleição em 2016, mas não obteve sucesso. Destarte, em 2018 teve como alvo uma cadeira na ALPB e conseguiu se eleger.

Arnaldo Monteiro é casado com Lucinha Monteiro, deputada estadual na Paraíba no ano de 2002, mãe de Anderson Monteiro. Temos aqui uma família que retroalimenta o capital familiar.

4.13 PIRES

Lindolfo Pires Neto nasceu na cidade de Sousa, em 24 de Junho de 1963, e é engenheiro eletricitista e trabalhou em empresas privadas antes de entrar na vida pública. Foi eleito pela primeira vez como deputado estadual na ALPB em 1994 e se reelegeu novamente em 1998, 2006, 2010 e 2014.

Seu parentesco familiar está ligado ao seu avô, André de Paiva Gadelha, ex-vice-governador da Paraíba. Os sobrenomes Gadelha e Pires estão entrelaçados, de acordo com o trabalho de Monteiro (2006). Dessa forma, há ainda mais três nomes que se encaixam

aqui: André Avelino de Paiva Gadelha Neto, deputado estadual no pleito de 2010; Leonardo de Melo Gadelha, eleito em 2006, e Renato Benevides Gadelha, no ano de 2014.

4.14 TROCOLLI

Humberto Trocolli Júnior nascido em João Pessoa, em 2 de Fevereiro de 1967, é graduado em Direito. Seu primeiro cargo público foi de vereador em sua cidade natal, entre 1993 e 2000. Elegeu-se como deputado estadual pela primeira vez em 2002, em sua segunda tentativa ao cargo, reelegeu-se em 2010 e 2014.

O pai de Humberto, Humberto Trocolli, foi defensor público. Trocolli Júnior é casado com Adriana Falcão do Rêgo, filha do ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, José Braz do Rêgo.

4.15 VELLOSO BORGES RIBEIRO

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro e Daniella Velloso Borges Ribeiro

Aguinaldo nasceu em Campina Grande, em Fevereiro de 1969, e tem formação na área de administração. Foi eleito para a ALPB em 2002, e novamente em 2006.

Daniella, por sua vez, também é campinense, nasceu em 23 de Março de 1972, formada em Pedagogia e atuou como professora universitária em Campina Grande. Seu primeiro cargo público foi em 2008, como vereadora em sua cidade natal. Em 2010, foi eleita deputada estadual e reelegeu-se em 2014.

Ambos são irmãos, filhos de Enivaldo Ribeiro e Virgínia Velloso Borges, ex-prefeito de Campina Grande e deputado estadual constituinte e ex-prefeita de Pilar, respectivamente, de onde herdaram o capital familiar.

4.16 VIEIRA CAMPOS

Jeová Vieira Campos é natural de São José de Piranhas/PB, advogado e professor. Obteve sucesso ao se candidatar para deputado estadual na ALPB em 2006, 2014 e 2018. Não foi encontrada nenhuma relação de parentesco com outro político.

Dos dezesseis nomes e sobrenomes que exploramos acima, seis deles não têm nenhum vínculo com uma rede de parentesco, enquanto dez fazem parte de algum clã.

As famílias políticas e indivíduos que praticamente há um século ocupam no aparelho de Estado os principais cargos e os melhores salários, tendem a garantir melhores investimentos em capital cultural aos seus herdeiros. Ao mesmo tempo, para permanecer em cargos estratégicos estabelecem e orquestram com aqueles que no campo político são, em campanhas, adversários de disputas. Assim, embora em momentos conjunturais esses grupos divirjam entre si e apresentem diferenças pontuais, eles perfazem laços de solidariedades ligadas entre si, salienta Bourdieu (2011), pela mesma adesão fundamental no jogo do qual eles têm o monopólio e que

precisam se perpetuar para assegurar a rentabilidade dos investimentos. Esta solidariedade se manifesta quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. Os agentes das elites disputam posições no campo, mas, ao se sentirem ameaçados por neófitos que queiram entrar nas disputas, unem-se assegurando-lhes e pactuando a permanência dos privilégios. (Monteiro, 2016, p. 75 e 76)

O trecho aborda a dinâmica dos clãs e famílias políticas que ocupam há décadas cargos de destaque no aparato estatal e como essa posição de poder influencia a perpetuação de seus privilégios. Os nomes tratados acima mostram uma continuidade com aqueles apontados por Pompeu (2021) na Nova República. Esses grupos garantem capital político e cultural para seus herdeiros, mas também entre si, apesar de divergências, para manter o monopólio do jogo político e preservar suas relações de parentesco. Essa dinâmica reforça uma estrutura de poder consolidada, na qual as elites políticas não apenas usufruem dos benefícios do cargo, mas também protegem seus interesses e influência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível contemplar, a cada capítulo, como o parentesco político pode influenciar diretamente na eleição de um indivíduo para a Assembleia Legislativa da Paraíba. No primeiro capítulo, a partir da filosofia reformacional de Dooyeweerd somada às contribuições de Rookmaaker, foi possível compreender a realidade a partir das modalidades propostas por esta abordagem. Observamos como deve existir autonomia quando se trata de diferentes esferas da sociedade e o que pode acontecer quando uma esfera ou mais se mistura, não agindo de acordo com as leis impostas por cada modalidade. Foi também apresentado o perfil sociopolítico da Assembleia Legislativa da Paraíba nas legislaturas de 2006, 2010, 2014 e 2018. Sendo possível considerar um padrão que se repete, contrastando o perfil da sociedade paraibana. Como auxílio teórico, as pesquisas de diversos cientistas brasileiros foram importantes, tratando temas como carreira política, origem familiar de parlamentares e perfil dos deputados.

Por sua vez, o segundo capítulo aprofundou o tema da pesquisa, apresentando, inicialmente, todos que passaram pela ALPB de 2006 a 2018. De todos os nomes representados, 69,8% deles têm relações de parentesco que foram fundamentais para sua eleição ao cargo. Foi discutido também como as mulheres se beneficiam pela herança familiar, num nível maior que os homens. Foi mostrado como nascer ou não nessas famílias oferece ao indivíduo um facilitador para a vitória; mas, por outro lado, quando não se tem essa origem, já está atrás na corrida. Outro ponto discutido neste capítulo foi acerca da vitória quase certa para os herdeiros de capital familiar quando se trata do primeiro cargo eletivo na ALPB.

Dessarte, no terceiro capítulo foram apresentados alguns indivíduos que estiveram presentes em todas as legislaturas aqui analisadas, para posteriormente mostrar os sobrenomes que mais se repetiram, pelo menos três vezes nos quatro pleitos. Vimos como a política é um negócio de família com os exemplos de pai, mãe, filhos, netos, primos, irmãos continuarem o legado do sobrenome.

O objetivo deste trabalho não foi ser exaustivo no assunto, mas mostrar evidências que confirmam a hipótese de que o sobrenome é um importante atalho para aqueles que desejam iniciar uma carreira na política, mais especificamente, na Assembleia Legislativa da Paraíba. Embora, a partir do manuscrito, outras perguntas surjam, como: a eficiência da Lei 9504/97, o porquê da presença de pouquíssimas mulheres na ALB, visto que a população paraibana é em sua maioria feminina, o papel dos partidos no recrutamento, e outras. Espera-se que esta pesquisa ainda exploratória ganhe continuidade, construindo um acervo da ALPB, buscando compreender cada vez mais aqueles que representam os paraibanos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGUELLO, Rachel (Org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, v. 24, n. 70, junho de 2009.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos. A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010). **Anais do XXXV Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2011.

DOOYEWEERD, H. **No crepúsculo do pensamento ocidental: estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico**. Tradução: Guilherme de Carvalho e Rodolfo Amorim de Souza. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília: UnB, n. 8, maio/agosto de 2012.

KALSBECK, L. **Contornos da filosofia cristã**. Tradução: Rodolfo Amorim de Souza. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, v. 12, n. 33, fevereiro de 1997.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, n. 20, junho de 2003.

MIGUEL, Luis Felipe Miguel; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: Gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, 2015, pp. 721-747.

MONTEIRO, José Marciano. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª legislatura no Congresso Nacional. **Revista NEP**. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 561-579, maio de 2016.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites da Paraíba (1985-2015). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande - PB, Brasil, 2016.

PERISSINOTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22, julho/ dezembro de 2009.

PIERRE, Bourdieu. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

PIERRE, Bourdieu. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

POMPEU, José Mauro de Pontes. **Na poeira do nosso passado**: radiografia sociopolítica da Assembleia Legislativa da Paraíba na Nova República. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

ROOKMAAKER, Hans R. **Filosofia e estética**. Tradução: William Campos da Cruz. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2018.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, Junho, 2011.

SOUZA, J. R. R. **Dinastias políticas no parlamento brasileiro e o seu perfil ideológico**: uma análise da 55ª legislatura. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 261-274, jul./dez. 2020. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v9i2.14634>.

TERUYA, Marisa Tayra. **Família e poder na Paraíba** (Os Maia de Catolé do Rocha-PB - Um estudo de caso sobre práticas endogâmicas). Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.